

**Rojó, Roxane. (Org.) (2000) *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. São Paulo: Educ, Campinas: Mercado de Letras. 252 p. (Col. As faces da Linguística Aplicada).**

*William Roberto Cereja\**

**Q**uando nos deparamos com uma coletânea de ensaios que reúne diferentes autores e temas variados, temos necessariamente de apostar na diversidade. E diversidade não apenas quanto aos assuntos abordados, visto que nem sempre guardam identidade entre si, mas também quanto aos pontos de vista defendidos por seus autores, muitas vezes contraditórios. E, nesse caso, cabe ao leitor fazer opção pelos estudos que mais lhe interessam e com cuja linha teórica ou pontos de vista mais se identifica.

Pode-se dizer que a obra *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*, organizada por Roxane Rojo, constitui uma rara exceção. Apresentando 11 capítulos, produzidos por autores de vivências variadas, a obra encontra na diversidade dos textos e das idéias uma unidade que só pôde ser alcançada em virtude de uma experiência comum a todos: a discussão em torno de conceitos básicos da teoria bakhtiniana e em torno dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998).

Ligados ao programa de pós-graduação em Linguística Aplicada (LAEL) da PUC-SP, os autores dessa obra, na condição de professores ou de pós-graduandos, desenvolveram, nos anos de 1998

---

\* Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP – Pós-graduando.

e 1999, projetos e pesquisas cujo objetivo era, em parte, analisar os PCNs do ponto de vista teórico e metodológico e, em parte, concretizar algumas experiências na direção apontada tanto pelo documento do MEC quanto pelas reflexões de ordem enunciativa que já vinham sendo feitas no LAEL.

Boa parte dos resultados desse trabalho foi apresentada no 9º InPLA – Intercâmbio de Pesquisas em Lingüística Aplicada (PUC-SP/1999), e os debates contribuíram para que os artigos dessa coletânea fossem aprofundados e acabados.

A obra está organizada em uma apresentação seguida de quatro partes. A apresentação é constituída por dois textos, ambos relacionados com a questão da transposição didática da teoria dos gêneros discursivos para situações de ensino de língua portuguesa. Primeiramente, Roxane Rojo, na condição de organizadora da coletânea, esclarece os objetivos da obra e situa-a no contexto das discussões teórico-metodológicas que envolvem o ensino de língua portuguesa. A partir daí, os artigos se organizam do seguinte modo: Parte I: Os PCNs e a sala de aula; Parte II: Práticas de leitura e de produção de textos; Parte III: Práticas de formação de professor; Parte IV: Prática de professores: os gêneros argumentativos.

Abrindo a discussão teórica e definindo o tom de questionamento que marca toda a coletânea, Beth Brait, em seu artigo “PCNs, gêneros e ensino de língua: faces discursivas da textualidade”, pontua uma questão que é retomada e discutida por outros artigos subsequentes: até que ponto os PCNs, inspirados na teoria bakhtiniana dos gêneros do discurso, são coerentes com essa opção? Para a pesquisadora, o documento não enfatiza um aspecto essencialmente constitutivo dos gêneros, as condições de produção, de circulação e de recepção. Lembra a autora:

Isso é muito mais importante e constitutivo do gênero discursivo, segundo Bakhtin, que as seqüências de um texto, das quais várias tipologias textuais dão conta, não tocando, en-

tretanto, em esfera de atividades ou modos de circulação, o que descaracteriza a perspectiva sociohistórica de *gênero discursivo*. (p. 18)

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* manifestam claramente uma concepção enunciativa de linguagem e de ensino de língua portuguesa, como observa e recorta Beth Brait no artigo citado:

Produzir linguagem significa produzir discursos: dizer alguma coisa a alguém, de uma determinada forma, em um determinado contexto histórico e em determinadas circunstâncias de interlocução. Isso significa que as escolhas feitas ao produzir um discurso não são aleatórias – ainda que possam ser inconscientes –, mas decorrentes das condições em que o discurso é realizado. [...] Isso tudo determina as escolhas do gênero no qual o discurso se realizará, dos procedimentos de estruturação e da seleção dos recursos lingüísticos (p. 7). [...] O discurso quando produzido manifesta-se lingüisticamente por meio de textos. (p. 8)

De acordo com essa concepção, os *Parâmetros* entendem que a língua não deve ser pensada como um sistema abstrato de signos e regras, mas como um instrumento vivo de interação social, que se manifesta por meio de textos e gêneros. Assim, o texto, defendem os PCNs, deve ser a unidade básica de ensino; e os gêneros, os objetos de ensino.

O conceito de *gênero discursivo*, embora utilizado por algumas correntes teóricas da Lingüística, até a publicação dos PCNs era completamente desconhecido pela maior parte dos professores de língua portuguesa, acostumados que estavam a lidar com tipologia textual e gêneros literários.

Em quase todos os ensaios da coletânea em questão, é visível o esforço dos autores em situar teoricamente o conceito de gênero, circunscrevendo-o ao conjunto das reflexões e conceitos do pensador russo Mikhail Bakhtin. É o caso, por exemplo, dos autores do artigo “Os PCNs: uma experiência de formação de professores do

Ensino Fundamental”, que recortam de “Os gêneros do discurso”, o principal texto da teoria bakhtiniana sobre gêneros, o seguinte trecho:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados [...] cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, [...] a riqueza e a variedade dos gêneros de discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso. (p. 95).

Por outro lado, lançando-se à frente de iniciativas governamentais que mais tarde seriam tomadas – como a promoção do debate em torno dos PCNs, ou o treinamento de professores pelo projeto *Parâmetros em Ação* –, os autores da coletânea puseram em prática muitas das propostas formuladas pelos PCNs, desafiando sozinhos as dificuldades que advêm da transposição teórica para situações concretas de ensino e aprendizagem.

Os artigos discutem e relatam as vantagens e dificuldades encontradas durante a transposição. Roxane Rojo, por exemplo, na Parte I, aponta como problema a falta de familiaridade dos professores de língua portuguesa com a concepção enunciativa da linguagem, em virtude da pouca atenção dada pelos cursos de Letras a autores como Bakhtin e Vygotsky. Além disso, comenta e analisa os resultados das experiências de transposição a partir de um trabalho de formação de professores de São Paulo.

A autora analisa ainda as condições necessárias para que a transposição didática se viabilize na realidade escolar, como a estruturação de um currículo, de projetos, módulos e seqüências didáticas. Sem tomar partido por um ou por outro, Rojo contrasta os dois modelos de agrupamentos de gêneros: o proposto pelos PCNs, organizado com base no critério de sua *circulação social*, e o pro-

posto pelo grupo de pesquisadores da Universidade de Genebra, organizado a partir de três critérios: o domínio social da comunicação a que os gêneros pertencem; as capacidades de linguagem envolvidas na produção e compreensão desses gêneros; e sua tipologia.

Os artigos de Maria Teresa de Assunção Freitas e de Sérgio Roberto Costa relatam na Parte II experiências com leitura e produção de textos na cidade de Juiz de Fora, MG. Trabalhando com um grupo de jovens de 1ª série do Ensino Médio, Freitas investiga como ocorrem atualmente as práticas de leitura e produção de textos em situações não escolares. Portanto, além da experiência convencional do livro em papel, trata também das interações que ocorrem na realidade virtual dos *chats* da Internet e das práticas de produção e recepção de textos (orais e escritos) a partir dos jogos de RPG. A partir dessas experiências, a autora faz considerações a respeito do artificialismo da leitura e da produção textual em situações escolares.

Propondo-se a discutir a “construção de ‘títulos’ em gêneros diversos”, Sérgio Costa vai além disso. Acaba por fazer um competente apanhado das teorias de aprendizagem mais recentes e suas relações com a teoria da enunciação e do discurso, incluindo as propostas do grupo de Genebra. O autor observa a relação entre textos jornalísticos e seus títulos, e examina os procedimentos linguístico-discursivos da titulação. Posteriormente, confronta esses procedimentos com os utilizados pelos alunos em situações escolares.

Os artigos da Parte III da coletânea relatam experiências com a formação de professores. O artigo de Pompílio, De-Angelis, Oliveira, Silva, Barbosa e Nunes, por exemplo, entre outros aspectos, retoma o problema levantado por Brait – o das diferenças entre gênero e texto – e aponta o artificialismo das situações didáticas que isolam a produção textual da leitura e dos estudos de gramáti-

ca. O centro do artigo são as reflexões em torno de uma experiência com formação de professores de diferentes disciplinas e séries do Ensino Fundamental de uma escola pública de São Paulo, os quais foram postos em uma situação de produção de cinco gêneros discursivos – o conto popular da tradição oral, a notícia, a crônica, o diário íntimo e o diálogo argumentativo – a partir de um tema geral, “a violência contra a mulher”.

O artigo de Magalhães-Almeida vai na mesma direção do artigo anterior, porém relatando uma experiência socioconstrutivista feita com estudantes universitários, estagiários do Instituto de Letras da Universidade de Brasília. Embora o objetivo da pesquisa fosse verificar até que ponto “os alunos construiriam melhor o conhecimento se fossem co-autores das atividades desenvolvidas”, os resultados, ricamente detalhados no artigo, não apenas confirmam essa hipótese mas também prestam uma boa contribuição às discussões em torno das teorias de aprendizagem.

Não é menor a contribuição do artigo de Jacqueline Peixoto Barbosa. A pesquisadora, além de apontar as incoerências teórico-metodológicas existentes nos PCNs e nos *Parâmetros em Ação* – por exemplo, a confusão entre gêneros e tipos de texto; ou a demasiada importância que se atribui aos aspectos gramaticais da produção textual –, expõe com muita clareza razões e meios de viabilizar um trabalho escolar centrado em gêneros discursivos. Partindo de uma experiência com formação de professores no Programa de Educação Continuada – PEC, Barbosa relata, passo a passo, a organização de um trabalho com os professores em torno do gênero notícia. A autora ainda oferece sugestões para a organização de uma *progressão curricular*, além de demonstrar, na forma de anexos (textos jornalísticos e perguntas feitas), algumas das atividades desenvolvidas com os professores.

Os três artigos da Parte IV voltam-se ao relato de experiências de ensino com gêneros argumentativos. Rosenblat, lembrando

que a falta de descrições enunciativo-discursivas dificulta a organização de uma progressão curricular, procura contribuir, relatando suas experiências com alunos de uma 2ª série de uma escola privada, com os quais trabalhou os gêneros *diálogo familiar*, *carta de solicitação* e *ensaio argumentativo escolar*. Nessa experiência, os alunos foram postos numa situação real de comunicação, tendo de interagir com a bibliotecária da escola por meio de uma *carta argumentativa de solicitação*.

Rodrigues, no artigo “O artigo jornalístico e o ensino da produção escrita”, esclarece quais são as esferas sociais de produção e circulação de gêneros e discute possibilidades de agrupamentos e critérios de seleção desses gêneros, tendo em vista a elaboração e a implementação de currículos escolares. Comprometida com uma educação que se volte para o “exercício efetivo da cidadania”, o que coincide com a proposta formulada pelos PCNs, a autora destaca o trabalho com o artigo jornalístico na esfera escolar como meio efetivo de alcance da cidadania, “principalmente para as classes populares, que passam à margem dos discursos nessa instituição”.

Fechando a coletânea, o texto de Bräkling também se volta para as questões que envolvem o ensino do artigo jornalístico, no caso uma experiência com sextas séries do Ensino Fundamental de uma escola cooperativa de São Paulo. Em seu artigo, a autora relata minuciosamente as etapas do trabalho desenvolvido, como coleta de material e levantamento de dados sobre as características, a situação de produção e os aspectos históricos do gênero. Apresenta textos ilustrativos colhidos durante a experiência e critérios de avaliação e auto-avaliação dos textos produzidos, o que resulta num excelente exemplo para os profissionais de ensino interessados em elaborar currículo escolar e seqüências didáticas de ensino de língua portuguesa pela perspectiva enunciativa.

Os PCNs foram publicados há mais de três anos. Apesar disso, *A prática de linguagem em sala de aula* é um livro indispensável

hoje, não apenas porque discute criticamente as propostas desse documento oficial – cujas idéias ainda estão sendo lentamente implementadas nas escolas – mas também porque traz à tona aspectos teóricos e práticos de grande interesse.

Debatendo e aprofundando conceitos essenciais da teoria da enunciação, como *língua*, *enunciado*, *situação de produção*, *tipo de texto*, *gênero*, entre outros, os artigos dessa obra completam-se uns aos outros de modo raro, prestando grande contribuição a estudantes, lingüistas, pesquisadores e profissionais do ensino em geral, comprometidos com o processo de renovação do ensino de língua portuguesa.